

INTRODUÇÃO – A CONSCIÊNCIA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA

Desde 1891, foi-se desenvolvendo um corpo de ensinamentos sociais católicos na sequência da tomada de consciência em relação à questão operária no séc. XIX. Todavia, a Igreja Católica não tinha esperado que chegasse esta época para ousar falar, em nome da missão evangélica, dos deveres de justiça, de caridade e de paz.

Com o intuito de apreender a novidade da intervenção da Igreja em matéria social desde há mais de um século, desejamos verificar neste estudo o projeto social de cada encíclica social, bem como a novidade da sua abordagem. Desta forma, esta obra percorre 124 anos da história do ensino social católico em que identificamos um desenvolvimento da consciência social da Igreja Católica. Na verdade, se o ensino social da Igreja¹ diz respeito à resposta histórica a um determinado problema, a competência da Igreja em matéria social manifesta-se progressivamente no horizonte da evolução de uma sociedade cada vez mais secularizada. O esforço da Igreja para se adaptar a esta sociedade torna-a mais recetiva ao desenvolvimento das ciências sociais. Estas contribuem para a compreensão das estruturas da sociedade, o que, por sua vez, ajuda a realizar uma análise social mais profunda. A introdução desta dialética permite estabelecer uma unidade entre as diversas tomadas de posição da Igreja sobre o problema social. Tal dialética apresenta a ação coletiva tanto na vertente do ator como na das estruturas sociais. Esta ação coletiva mede-se, adotando a perspetiva de Jürgen Habermas, a partir do “princípio de universalização”. Neste sentido, a construção de uma ética social cristã implica transpor os impasses do individualismo e do coletivismo com vista ao bem comum. Este passo foi dado por João Paulo II nas suas encíclicas sociais – em particular na *Sollicitudo Rei Socialis* – por meio dos conceitos de “pecado pessoal” e de “estruturas de pecado”. No final deste estudo, apresentamos as grandes conquistas do desenvolvimento da consciência social da Igreja: a subsidiariedade, a solidariedade, o pluralismo de convicções e a ecologia integral.

¹ Não queremos entrar aqui na discussão polémica sobre o emprego da expressão “ensino social da Igreja” como alternativa a “doutrina social da Igreja”, se bem que ela pudesse indicar a natureza da intervenção da Igreja em matéria social. No entanto, o emprego da expressão “ensino social” poderia evitar a fórmula “doutrina social”, entendida, por alguns, como “ideologia”, tal como o são o socialismo e o liberalismo (cf. Marie-Dominique CHENU, *La doctrine sociale de l'Église comme idéologie*, Cerf, Paris, 1979). A expressão “ensino social” sublinha relações menos autoritárias do que a de “doutrina social”. Deste modo, estaria mais presente o seu carácter de proposição, diretiva de ação, princípio de reflexão. Assinale-se que, ao longo destes 124 anos, recebeu diferentes qualificativos: “filosofia política” (Leão XIII), “ciência social católica” (Pio XI), “doutrina social da Igreja” (Pio XII/João XXIII) – expressão que desapareceu no Concílio Vaticano II e reaparece pela mão de João Paulo II, continuando a ser usada no presente.